

A PERSONAGEM FEMININA NO ROMANCE *HENRIQUETA*, DE MARIA PEREGRINA DE SOUSA: CONTORNANDO INTERDITOS

THE FEMALE CHARACTER IN THE NOVEL *HENRIQUETA*, BY MARIA PEREGRINA DE SOUSA: BYPASSING INTERDICTS

Juliana de Souza MARIANO¹

RESUMO: A escritora portuguesa Maria Peregrina de Sousa (1809-1894) teve participação profunda nos periódicos literários do século XIX, nos quais publicou romances, poemas e contos populares, utilizando pseudônimos como “Uma obscura portuense”, “Mariposa” ou suas iniciais, “D. M. P.” Por meio de um diálogo com a História, estudamos a obra *Henriqueta: romance original* (1876). Nosso objetivo é investigar, nesse texto, como o discurso do senso comum ora se confirma, ora é desestabilizado, e como algumas personagens poderiam contornar os interditos sociais. Ao trazer essa “obscura portuense” à luz, pretendemos também refletir sobre como uma autora pensava a sua realidade e qual o reflexo disso na sua produção literária.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Peregrina de Sousa. Feminino. Século XIX. Literatura.

ABSTRACT: The writer Maria Peregrina de Souza (1809-1894) had a deep involvement in literary periodicals of the Nineteenth century, in which she published novels, poems and folk tales, using pseudonyms such as “Uma obscura portuense” (a porto obscure), “Mariposa” (Moth) or her initials, “D. M. P.” Through a dialogue with History, we study the work *Henriqueta: romance original* (1876). Our objective is to investigate, in this work, how the discourse of the common sense is, sometimes, confirmed and, sometimes, destabilized, and how some characters could have bypassed the social prohibitions. By bringing this “porto obscure” to light, we intend to reflect how a female writer thought about her reality and how this reflected in her writings.

KEYWORDS: Maria Peregrina de Sousa. Female. Nineteenth century. Literature.

Introdução

Pesquisar sobre escritoras do século XIX em Portugal não é tarefa das mais simples. A barreira maior é a escassez de fontes. Não que as mulheres não tenham produzido Literatura no Portugal dos oitocentos ou o que foi produzido fosse de baixa qualidade. Muito se produziu, mas nem tudo foi divulgado à época. O ocultamento de informações se deve, principalmente, ao papel que cabia à mulher naquela sociedade. Comparada a um menor, sem direitos políticos, estava sempre à sombra da dependência de um homem, como aponta Irene Vaquinhas:

1. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de concentração: Estudos em Literatura. Especialidade: Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: juliana_mariano@globo.com.

O não reconhecimento da mulher como ser juridicamente autônomo, só existindo enquanto elemento de um agregado familiar, ou seja, como esposa, mãe ou filha, sem direitos políticos e estatuto econômico próprio, excluiu-a dos poderes formalmente constituídos com reflexos ao nível dos registros primários. Para as instituições oficiais, as mulheres praticamente não existiam, traduzindo-se esta invisibilidade na opacidade das fontes. (VAQUINHAS, 2005, p. 36).

Além disso, é importante assinalar que a história das mulheres portuguesas ainda é um objeto de estudos muito recente, que começou a se desenvolver somente a partir dos anos 1970, fruto da abertura política conquistada após a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974). Apenas a partir daí é que se aumentou o interesse e o estímulo pela investigação desse campo e de outros períodos anteriormente desprezados².

De fato, quando pensamos na presença das mulheres no mundo intelectual do século XIX, poucos nomes nos vêm à mente, apesar de, ainda sim, muitas terem participado ativamente da imprensa periódica da época, publicando seus poemas, seus contos e seus romances em veículos de grande circulação, como a *Revista Universal Lisbonense*, dirigida por António Feliciano de Castilho ou até mesmo fundando e dirigindo jornais destinados ao público feminino, como é o caso da *Assembleia Literária*, dirigido por Antónia Gertrudes Pusich, e *A Voz Feminina*, cuja principal redatora era Francisca Wood³.

Mesmo essas mulheres pioneiras esbarravam num obstáculo muitas vezes difícil de transpor: o preconceito. Vemos, no Portugal dos oitocentos, espaços bem delimitados e que caracterizavam os dois sexos. Aos homens, o espaço público das câmaras e das redações, e, às mulheres, o espaço privado dos afazeres domésticos. As mulheres que ousavam assumir outros papéis além dos que lhe cabiam (filha, esposa, mãe) eram vistas de maneira pejorativa, pois estariam contrariando a ordem natural da sociedade. Uma escritora, uma intelectual era tida como “sabichona” e, por adentrar um espaço e exercer atividades próprias dos homens, o temor geral era que essas mulheres se masculinizassem. Na verdade, médicos, filósofos e pensadores da época acreditavam que, caso uma mulher se

2. Cf. Irene Vaquinhas. *Nem gatas borralheiras, nem bonequinhos de luxo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 35.

3. Cf. Maria Ivone Leal. *Um século de periódicos femininos*. Cadernos Condição Feminina. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos da mulher (Ministério do Emprego e da Segurança Social), 1992.

dedicasse muito aos estudos, teria a eficácia de seus órgãos reprodutivos, obviamente os mais importantes, diminuída⁴.

Até mesmo escritores liberais, como Almeida Garrett que, na luta contra o Absolutismo, defendia modificações, como a instrução pública, na sociedade em que vivia, tinha reservas quanto à educação feminina:

A educação feminina moderna geralmente se esmera demaziado em prendas e estudos: o nosso século philosophico exagerou-se n'este ponto bem como em outros. Com effeito a mulher não foi creada para fazer meia e arrumar bahu, como se dizia no tempo de nossos bisavós, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro ou a tribuna. (...) Está comtudo muito melhorada entre nós a educação feminina, e em bom caminho de adiantamento : agora seria a opportuna occasião de lhe dar bom e salutar impulso, prevenindo os excessos a que o espirito de reforma sempre tende, e as recahidas em antigos abusos que por vezes traz a reacção de hábitos e preconceitos velhos, quando por aquelle espirito é estimulada. (...) Nem ao geral do bello-sexo se deve vedar a conveniente instrucção de letras e sciencias, nem aos talentos extraordinários, que tanto n'elle apparece como no nosso, a faculdade de nos disputar (e ganhar, que amiúdo o farão) a palma litteraria e scientifica a que todos podemos pretender. (GARRETT, 1886, pp. 219-221).

O mesmo era válido para sua filha, Maria Adelaide. Enviada para o Convento das Salésias para aprender o que era adequado a uma senhora (francês, um pouco de piano etc.), ela não podia ir além disso. Em carta à sua filha, em 11 de junho de 1854, Garrett escreve: “[...] não te apliques demais: eu não te quero para doutora; só desejo que sejas boa, temente a Deus, que tenhas modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu”⁵.

Contudo, não podemos cometer o erro de anacronismo ao ler Garrett. A primeira edição de seu tratado sobre a educação em Portugal é de 1820, antes, portanto, da vitória liberal (1834). Além disso, há de se louvar seu esforço por defender uma educação às mulheres numa época em que poucos falavam sobre isso. As transformações na sociedade ocorrem de maneira lenta, dentro do que é possível em determinada época. Avanços reais aconteceram e a existência dessas escritoras e de sua produção literária são prova de que as mulheres se livravam, aos poucos, da clausura doméstica.

4. Cf. Irene Vaquinhas. “Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance”. In: *Nem gatas borralheiras, nem bonequinhas de luxo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, pp. 73-83; Id, “O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra – notas para sua história”. In: *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 81-97.

5. Cf. Almeida Garrett. *Correspondência familiar*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2012, p. 345.

Até mesmo um intelectual com visão mais progressista, como D. António da Costa, em sua obra póstuma *A mulher em Portugal*, apresentava ressalvas quanto ao ensino superior para as mulheres:

Cumprir à mulher educar o homem, não lhe cumprir ser educada como ele. É indispensável que exista a igualdade entre os sexos, mas por um princípio natural, não artificial. Mesmo quando a natureza lhe não vedasse as qualidades políticas e científicas, a mulher que seguisse essas carreiras masculinizar-se-ia. (COSTA, 1892, p. 419).

Essas mudanças, conforme mencionamos, não ocorreram de maneira drástica. A partir da Regeneração (1851), as mulheres vão alcançando conquistas mais significativas. Com a modernização dos transportes, das estradas, o crescimento da indústria e da imprensa, constatou-se o atraso português em comparação aos demais países europeus. Dessa forma, a instrução, essencial para a total modernização do país, foi incentivada. Criaram-se escolas destinadas às mulheres e inaugurou-se a primeira Escola Normal Feminina (1862), destinada à formação de mestras. No caso das mulheres, contudo, pregava-se uma instrução equilibrada, que as preparasse para as funções de mãe e esposa. É justamente sob esse viés de valorização da figura da mãe que se conquistarão alguns dos direitos femininos na época da República. Apenas uma mulher devidamente educada pode ser responsável pela educação de seus filhos e de toda uma geração ideal, como aponta Maria Veleda, importante escritora portuguesa do final do século XIX e início do XX⁶.

De toda forma, mesmo que no século XIX ainda não houvesse um projeto de educação comum a ambos os sexos, já se podia comemorar uma conquista feminina: o direito à instrução. Foi a partir da instrução alcançada que essas mulheres se fizeram ouvir, seja clamando diretamente por seus direitos nas páginas dos jornais, como o fez Guiomar Torrezão, seja a partir das personagens de romances, como Maria Peregrina de Sousa. Particularmente neste caso, conheceríamos, por meio da literatura escrita por uma mulher, sua visão a respeito dos problemas caros ao seu gênero e a forma como encarava a realidade. A escritora se tornava, assim, “veículo na sua escrita de imagens sobre a mulher” (OUTEIRINHO, 1998, p. 163).

6. Cf. Irene Vaquinhas, 2005, p. 78.

Conhecendo Maria Peregrina de Sousa e sua *Henriqueta*

Irene Vaquinhas afirma que, no século XIX,

[...] embora a escrita se tenha tornado para muitas mulheres um meio de subsistência, colaborando na imprensa escrita, raras eram aquelas que ousavam afirmar-se jornalistas, escondendo-se com frequência atrás de pseudônimos. (VAQUINHAS, 2005, p. 17).

Ao penetrar num espaço que não era o delas, torna-se compreensível que as mulheres que ousaram escrever, o tenham feito a princípio sob o signo do anonimato. É o caso de Maria Peregrina de Sousa (1809-1894), cuja vida e obra são objetos de estudo deste trabalho. Teve participação profunda nos periódicos literários da época, nos quais publicou seus romances, poemas e contos populares. Estreou no *Arquivo Popular* e colaborou com os jornais *Almanach das Lembranças*, *Aurora*, *Braz Tisana*, *Grinalda*, *Lidador*, *Miscelanea Poetica*, *Pirata*, *Iris* (do Rio de Janeiro), na *Revista Universal Lisbonense*⁷. Sua contribuição na imprensa periódica se dá com diferentes pseudônimos, como “Uma obscura portuense”, “Mariposa” e usando as iniciais de seu nome, “D. M. P.”

O signo do anonimato, sob o qual se inscreviam muitas dessas escritoras, justifica-se pelo papel social exercido pelas mulheres. Escrever de forma anônima fazia parte do paradigma da mulher modesta, comedida. Restritas, em sua maioria, ao ambiente doméstico e educadas para ele, o que facilitava o seu auto-ocultamento, poucas eram as que recebiam uma instrução que lhes permitisse ir além do paradigma do comportamento feminino.

Além disso, essas escritoras, que já sofreram preconceito em sua época, ainda o sofrem no século XXI. A qualidade de suas obras é questionada, sua relevância para as pesquisas sobre o século XIX também. Porém, como analisar a literatura dessas mulheres se não a trouxermos a lume? Para isso, é necessário seguir o exemplo delas e contornar os espaços de interdição, ou seja, ultrapassar o paradigma que considera a literatura produzida – por homens – à época como o equivalente à literatura universal. É preciso, pois, garantir-lhes o seu devido lugar, dar voz a elas, caso se pretenda conhecer o século XIX por completo.

Para isso, é fundamental, como aponta Vanda Anastácio (2005), que questionemos o discurso produzido pela História Literária, que, ao desconsiderar parte da Literatura produzida no passado (a escrita por mulheres, por exemplo), ajudou a criar um cânone redutor. Dessa forma, resolvemos trazer essa “obscu-

7. Cf. Ana Maria Costa Lopes. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos, percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005, p. 186.

ra portuense” à luz, analisando parte de sua obra, principalmente as personagens femininas, para entendermos como uma autora pensava a sua realidade e a colocava na ficção. A partir da análise das personagens femininas, estudaremos um pouco sobre os papéis desempenhados pela mulher na sociedade portuguesa. Será que eles eram respeitados? Todas as personagens de Peregrina representavam bem o estereótipo da mulher da época?

Primeiramente, convém conhecer um pouco da escritora com a qual iremos trabalhar. Ainda não se sabe muito sobre Maria Peregrina de Sousa. Como muitas escritoras de seu tempo, seu nome ficou esquecido. Há algumas referências ao seu nome nos jornais que publicaram suas obras, como é o caso de *O panorama – jornal litterario e instructivo*. Num capítulo denominado “A litteratura no Porto” de seu artigo “Viagem ao Minho”, Francisco Gomes de Amorim, autor da monumental biografia de Almeida Garrett⁸, apresenta Peregrina aos leitores e tece algumas críticas aos seus escritos:

A litteratura do Porto tambem conta entre os seus apostolos algumas poetisas. Uma é a sua D. Maria F. do C. B. Escreve debaixo do pseudonimo de Soror Dolores, e algumas das suas composições provam imaginação e talento. Outra é a sr^a. D. M. Peregrina de Sousa, auctora de alguns romances de merito, mas que devia apurar mais o seu estylo, corrigindo alguns defeitos que tornam monotonos os capitulos mais interessantes dos seus escriptos. Perdôe a illustre escriptora, se um obscuro viajante se atreveu a tocar nas suas composições. Impuz-me a obrigação de critico, e é cumprindo este dever, que digo a minha opinião. A sr^a. D. M. Peregrina conhece as formas da arte; quando não tivesse outras qualidades, como escriptora, era já um grande merito, n’um paiz em que a maior parte do sexo feminino detesta a grammatica, e despreza a orthographia⁹. (1853, p. 420).

D. António da Costa também faz uma breve referência à nossa escritora:

(...) não é menos certo que a mulher portuguesa tem demonstrado a sua valia intelectual, e sustentado brilhantemente o seu nome, sempre que em provas públicas se tem exibido, como pensadora e como escritora.

Cingindo-me ao último período (para não alargar demasiado esse esboço), vemos succeder às notáveis poetisas Marquesa de Alorna,

8. Garrett: *Memorias biographicas* (1881-1884).

9. Na verdade, a maior parte do sexo feminino não tinha acesso aos conhecimentos gramaticais e ortográficos... Em 1878, quase 90% da população feminina maior de sete anos era analfabeta. Mesmo em 1930, o índice não mudou muito: cerca de 75% de mulheres analfabetas. Cf. Irene Vaquinhas, 2005, pp. 73-83.

Condessa de Vimieiro, e d. Francisca Possolo, à pensadora D. Maria Peregrina de Sousa, e tantas mais, a admirável D. Maria Amália Vaz de Carvalho, dulcíssima poetisa, prosadora arrojada, autora de tantos livros e outros escriptos no campo da educação da mulher. (COSTA, 1892, p. 449-50).

Informações mais completas sobre a vida de Maria Peregrina de Sousa nos oferece o escritor António Feliciano de Castilho nas páginas da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*¹⁰. Nelas, Castilho conta, muitas vezes com um tom de encantamento, a trajetória da escritora, a educação que recebeu dos pais e como era seu processo criativo. Esse esboço biográfico é interessante, pois foi construído partir de conversas e de cartas trocadas entre os escritores. Temos, contudo, que lê-lo com olhos bem atentos, já que o biógrafo se refere à Peregrina majoritariamente como uma figura pura, inocente, singela, adjetivos que abundam o texto. Escreve enquadrando Peregrina na visão que se tinha da mulher na sociedade da época. Não lhe é apontada nenhuma falha, nenhum desvio em sua trajetória, que é sempre marcada pela virtude, pela devoção à família e pela modéstia.

O vér-se conhecida não inspirou á nossa escriptora nem vaidade, nem covardia. Tinha trabalhado, estudado, e produzido, sem ambição; como a silveirinha emboscada no vallado cria sem tracto de homens. e só por mereê do ar, da alva, do sol, e das estrellas, o seu verde e os seus botões, as suas flores e os seus fructos. Era assim de sua natureza. Continuou como principiára, e como ha de ir já agora até ao fim. Compõe como conversa, como pensa, e como sente; sente com a delicadeza de mulher; discorre com a sisudez de moralista desenrugado; falla sem arrebiques affectados, mas deliciosa de ingenuidade; e é tudo isto e só isto o de que se lhe formam debaixo da penna, sem ella o cuidar, os seus versos e as suas prosas, as suas narrativas e os seus discursos, as suas correspondencias, os seus artigos volantes, os seus voluminhos que ella não cataloga, nem conta, nem cita, nem relê, nem recorda por ventura. (CASTILHO, 1861, p. 274-5).

Em sua biografia, também tomamos conhecimento de como Peregrina fora educada. Foi seu pai, diferente do que era comum na época, quem a ensinou a ler.

Meu pae me ensinou a lêr apenas fallei desembaraçado, e fallei de um anno. Não me ensinou pelo *Methodo Portuguez* porque então o não havia, mas «reprovava os methodos existentes, e me

10. Cf. António Feliciano de Castilho, "D. Maria Peregrina de Sousa", *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1 de abril de 1861, pp. 273-312.

ensinou não sei como; «unicamente sei que foi com tal rapidez, que todos se admiraram. Lembra-me só que meu pai me meteu nas mãos um papel com as letras do alfabeto, e depois, não sei como, passei a ler num livro. Eu era doída por historias, e meu pae me dizia quando lh'as pedia: – «Lê-as; tu não sabes lêr?» (CASTILHO, 1861, pp. 284-5).

A mãe, mesmo com pouca instrução, fora responsável pelo restante da educação de Peregrina e pela mudança de postura da menina:

A educação que me deu com os conselhos e com o exemplo, servio para corrigir alguns dos meus defeitos. Era eu naturalmente incolhida, tímida, vergonhosa, fraca de caracter, muito estouvada, e irreflexiva. A criação e o uso da sociedade me tornaram outra; mas ainda ás vezes a minha natureza primitiva pode mais comigo que a reforma e a reflexão. (CASTILHO, 1861, p.289).

Amava as artes. Seu amor à literatura, ao teatro e à dança encontrava, porém, objeções por parte dos pais: eles não consideravam isso um estudo, mas um simples divertimento que não deveria se tornar uma ocupação exclusiva. Aprendeu francês aos vinte anos e, por isso, seu gosto literário mudou. Passou então a ler Chateaubriand e outros autores. Considerava a língua um importante e belo instrumento intelectual e, ao aprender pelo menos uma língua estrangeira, sentiu alargarem-se os horizontes para seus estudos. Nunca casou. Acatou o pedido de sua mãe que, antes de morrer, pedira-lhe que cuidasse dos irmãos mais novos e do pai. “Eu não servia senão para ser filha-familias; o mundo não foi feito para mim” (CASTILHO, 1861, p.307).

Michelle Perrot chama atenção para as funções assumidas pela filha mais velha:

A filha mais velha carrega uma missão especialmente pesada: substituta da mãe falecida, ela tem de assumir as tarefas domésticas e maternas junto ao pai e aos irmãos mais novos. A irmã mais velha corre o risco de ser a sacrificada no caso da morte prematura da mãe. (PERROT, 2009, p. 153).

Mesmo resignando-se com o papel que lhe coube, Peregrina contrariou o que seus pais planejaram. Dedicou-se à leitura e à escrita, aprendeu por conta própria outras línguas (italiano e inglês) e, ainda que jamais ousasse imaginar-se dessa forma, uma vez que os considerava espécie de semideuses, tornou-se, de

fato, uma escritora. Castilho lista, ao final da notícia biográfico-literária, as produções que a autora havia escrito até então¹¹.

Um de seus livros, *Henriqueta*, é a obra que escolhemos analisar neste trabalho. Lançado originalmente em 1850, no periódico literário *Pirata*, só foi publicado em livro em 1876. A obra contém uma pequena biografia escrita por António Feliciano de Castilho, como uma espécie de introdução ao romance. Os apontamentos biográficos encontram-se, de maneira mais desenvolvida, na já referida *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*.

Na obra em questão, pretende-se analisar as personagens femininas, principalmente a personagem principal, que dá nome ao romance. Planeja-se discutir de que forma o narrador a apresenta, como os outros personagens a veem, como ela mesma se vê e se as características dela correspondiam aos papéis desempenhados pelas mulheres à época.

Henriqueta era filha única e seus pais não pouparam esforços nem despesas para sua ilustração. Ela era “formosa, boa, instruída e affavel” (SOUSA, 1876, p. 2). Isso, contudo, não atraía pretendentes. Eles estavam mais interessados em seu dote que em seus dotes pessoais. Seu pai, Henrique de Moraes, deixou-a escolher entre dois rapazes ricos, de boa família e bom porte, características suficientes para ele e que não satisfaziam Henriqueta. Ela acabou por escolher Julio de Castro e, após o casamento, foram viver no Porto.

A lua de mel durou dois anos, mas a paixão de Julio por Henriqueta deu lugar a sentimentos mais brandos, porém carinhosos. A esposa, entretanto, não se conformava com essa situação e, sem conseguir conter suas desconfianças, brigava com o marido. O narrador comenta a postura da personagem:

se Henriqueta não tivera opinião tão elevada de seus encantos e merecimento, contentar-se-ia, e seria feliz com a afeição sossegada e meiga de seu marido: mas tendo-o visto arrebatado de sua beleza, parecia-lhe mal vê-lo só ocupado de suas virtudes”. (SOUSA, 1876, p. 5).

11. São elas: No *Archivo Popular* saíram (“ainda enjeitadas”) umas coisas em rima, a que chamei chacaras, e que foram: *Bernardo dei Carpia*; *Eriço e Batilde*.; *Jacques*; *Chácara* - sem nome; *Um cavalleiro portuguez*; *A moira de Lissibona*. E os pequenos romances: *Historia de Adetaide*; *A falta de uma mãe*; *Longuinhos*; *Zulirna ou a crus de oiro e Ricardo e Margarida* (anos 42 e 43). Em 1848 saiu no *Periodico dos Pobres do Porto*: *Roberta*. Depois, publicou, com seu nome ou iniciais, os seguintes romances: *O amor missionário*; *Vinganças de vinganças*; *Uma historia cortada a tempo*; *Egoismo com capa de amor*; *O Tutor de Virginia*; *Uma boa filha é a alegria de uma boa mãe*; *Uma vida amargurada*; *O cavalleiro do cruzado novo, e o cavalleiro do botão de rosa*; *O Jogador*; *O Magnetismo*; *O homem dos provérbios*; *Fatalidade*; *Carolina*; *Consequencias de um mau passo*; *Amarilis no campo*; *Salu de visitas e pavorosa saída*; *Os fantasmas*; *Testamentos vocaes* - seguimento do antecedente; *Aristocracias diversas ou o genro desejado*; *Previdencias de Alvaro, e incurias de seu irmão*; *Os sobrinhos da tia Erigida*. Em 1850, no *Pirata*, periódico literário do Porto, publicou dois romances: *Henriqueta e Inconstancia involuntária*. No *Íris do Rio de Janeiro* saiu: *Pepa* e o principio do *Rhadamanto*.

Ela, contrariando o que é esperado de uma esposa ideal, não se cala. Não é uma mulher conveniente, aquela marcada pela discricção e silêncio. Distancia-se, com esta postura, da cultura dominante que estimulava a passividade feminina¹². O próprio narrador, ao comentar a postura de Julio, relativiza o comportamento de Henriqueta ao mostrar suas limitações frente às desigualdades existentes entre homens e mulheres. “É a vantagem que os homens teem. Se em casa não são felizes, o mundo que é uma espécie de segunda família para eles, (se às vezes não é a primeira), os consola de desgostos domésticos” (SOUSA, 1876, p. 7).

Sem a paixão do marido, mas disposta a vigiá-lo, Henriqueta decide visitar sua amiga Clementina. Esta, ao insistir que ela conheça um amigo de seu esposo, justifica a ousadia dizendo à amiga que Julio

[...] devia mostrar-se mais grato ao amor de uma esposa como tu; e acompanhar-te mais a miúdo. Mas parece que gosta mais de andar por sua conta e risco... Leva-te poucas vezes ao teatro, e há um século que ninguém te vê nos bailes. (SOUSA, 1876, p. 12).

Assim como o narrador, Clementina nos ajuda a observar a narrativa por vários pontos de vista. Henriqueta não podia, por conta do marido, socializar nos espaços que lhe eram permitidos. O marido, ao contrário, estava sempre nos espaços públicos: seja trabalhando, seja se divertindo com uma amante. Mas Henriqueta não se resigna aos desgostos domésticos e resolve sair, tal como o faz Julio, e aceita a corte de Carlos, que ela descobre ser seu pretendente rejeitado.

Ao encontrar-se com o amante, Henriqueta não levanta suspeitas do marido. Julio, satisfeito, acredita ter controlado os impulsos da esposa. Agora sim ela era vista como a esposa ideal, já que nunca se queixava. Henriqueta às vezes se sente culpada por preferir Carlos ao marido, tenta contar a verdade, “mas seria destruir a felicidade do pae de seus filhos, e a paz doméstica, e suscitar rixas entre seu marido e Carlos” (SOUSA, 1876, p. 17). Nesse momento, ela reproduz o comportamento do marido que a traía, mas ficava em silêncio.

Num diálogo decisivo com Carlos, Henriqueta questiona a si mesma por ter descumprido os deveres de filha, esposa e mãe em nome de um amor adúlterino. Carlos, para convencê-la, aponta todas as dificuldades que Henriqueta teria que enfrentar se expusesse sua traição.

– Não te amo, Carlos?! Achas que te não amo? Por tua causa desonrei e atraíoei os melhores dos paes, os mais ternos e inocentes filhinhos, e um marido magnânimo e nobre, um marido...

12. Cf. Irene Vaquinhas, 2005, p. 36.

- Um marido que há oito meses te deixou sem saudades, e que passa a vida alegre com alguma amante abjecta. (...)
- Alucinada estava eu quando perdi o direito de ser respeitada... quando me aviltei a meus olhos e aos teus.
(...)
- Mudarias de nome, passarias por minha esposa, e sê-lo-ias diante de Deus. O matrimônio que contraístes foi iníquo... foi sacrilégio. Rompe-o. Deixa livre esse homem que não te merecia. Vem... vem comigo... (...) Terás animo de sofrer a cólera de teu marido?... As repreensões de teus paes?... As vistas dos teus criados?... O desprezo de toda essa gente selvagem que se regozijará de ver sem prestígio a mulher que a opinião pública tinha sempre respeitado?... Vem comigo, serás a minha esposa... o meu anjo! Estarás cercada de respeitos que mereces, e das minhas adorações de amor. (SOUSA, 1876, pp. 25-28).

Carlos insiste para que Henriqueta fuja com ele. Com medo do preconceito que enfrentará, hesita. Contudo, Henriqueta sabe que não lhe restam muitas alternativas. Não é dito claramente, mas nesse ponto o leitor percebe que ela e Carlos já tiveram relações sexuais. Neste momento, se Henriqueta conseguisse dissimular, como fez no início, conseguiria manter seu casamento e superar um romance adúltero. Mas como estava grávida de outro homem, já havia comprometido sua família. Michelle Perrot nos esclarece:

A família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. [...] O erro comprometedor de um membro seu mergulha-se num constrangimento cruel [...]. O erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior do que a falência, a qual, porém, é mais reprovada do que hoje em dia [...]. Em suma, a desonra chega através das mulheres, sempre situadas do lado da vergonha. (PERROT, 2009, p. 250).

Henriqueta abandona sua família e vai viver com Carlos na Bahia. Troca de nome, agora se chama Emília. Sua vida não foi diferente com outro homem: também viu a paixão de Carlos esfriar. Só permaneceu com ele por causa de Eduardo, o filho que tiveram juntos, apesar de o pai não amá-lo. Permanece sempre em casa, cumprindo exemplarmente sua função de mãe. Permite apenas a visita de Rodrigo, amigo de Carlos, à sua casa. Rodrigo a admira e respeita; considera Henriqueta um modelo de mulher e gostaria de casar com alguém como ela. Os três personagens comentam o episódio em que um casal foi expulso do baile porque a mulher, trazida da Inglaterra, não era esposa legítima. Rodrigo diz que

uma aventureira não pode se comparar a uma senhora honrada como Emília. Henriqueta, sozinha com Carlos, compara-se à inglesa:

- (...) Ninguém duvida que és minha esposa. Todos te respeitam e amam.
- Sim!... sei enganar melhor o público que essa pobre inglesa!... que recebeu todos os insultos, que eu devia participar. Por mais criminosa que ela seja, não o pode ser tanto como eu... e contudo só tu sabes quanto sou infame... Perdoa-me, Carlos... perdoa-me por ter sido tão fraca. (SOUSA, 1876, p. 45).

No Brasil, já mais experiente, Henriqueta consegue convencer no papel de senhora. Não suscita suspeitas sobre seu passado, ainda que se sinta culpada. Ela desempenha tão bem seu papel de esposa e mãe que, mesmo após Rodrigo ouvir de Carlos a verdade sobre Emília, ele ainda a trata com deferência:

- [...] Se D. Emília deixou a vereda da virtude, foi de certo porque te amava muito. Tem uma alma tão nobre, um viver tão honesto, um coração tão excelente, que se torna digna de ser a esposa de um homem de bem. Casa com ela, meu amigo. Será sem limites a sua gratidão, se a regenerares do seu imerecido abatimento. (SOUSA, 1876, p. 56).

Não há como Carlos se casar com Henriqueta, pois ela já era casada e não existia divórcio na época. O que a fala de Rodrigo sugere é que mesmo uma mulher condenada pela sociedade por causa de uma atitude “ruim” poderia ser respeitada. Henriqueta é uma mulher real, com defeitos, mas também com virtudes. Rodrigo percebe isso e continua a conceder-lhe um tratamento cortês. Carlos é que, porém, não se mostra digno da mulher que prometeu cuidar e respeitar. Henriqueta então, foge com o filho Eduardo e o escravo José. Onze anos se passam e os três vivem em Lisboa, numa pequena casa do bairro da Alfama. Ela trabalhava muito, “mas os trabalhos d’uma mulher dão tão pouco lucro que, se não fora José, teria a pobre senhora morrido à míngua e mais seu filho” (SOUSA, 1876, p. 64).

Após a morte do filho, Henriqueta vai à sua antiga casa pedir perdão ao marido. Descobre, por uma velha senhora à porta da casa, notícias de sua antiga família. Seu pai estava vivo e ajudava os pobres. A senhora conta-lhe as desgraças que ocorreram à família de Henrique de Moraes. Segundo ela, Henriqueta havia sido morta a facadas por ladrões quando esperava por Julio na estrada e D. Augusta, mãe de Henriqueta, foi encontrada morta entre papeis, com uma carta da filha nas mãos. Virgínia, filha de Henriqueta e Julio, está noiva, embora o pai não

quisesse que seus filhos casassem. Sua maior preocupação era que a filha ficasse desamparada e cometesse os mesmos erros da mãe. Ele, porém, jamais contou a verdade aos filhos. Preservando a honra de sua esposa, preservava a de sua família e evitava maiores escândalos.

É injusto afirmar, porém, que Julio creditava somente à esposa a culpa por tudo o que aconteceu. Mesmo quando fala de seus temores ao filho, assume que descuidou de proteger Henriqueta, pois afinal, naquela época, a mulher sempre deveria ser amparada por um homem. Sua postura reflete mudanças na sociedade. Henriqueta “errou” não porque era mulher e por isso frágil e impulsiva; ele, como marido, também errou ao negligenciar sua esposa.

A cena final, do encontro entre os dois, quando Henriqueta está no leito de morte, sintetiza as mudanças nas relações pessoais. Julio entra no quarto de Henriqueta, que se surpreende por não ouvir repreensões por parte do marido. Ele diz que já perdoou a esposa há tempos e pede-lhe perdão por ter concorrido de alguma forma para a desgraça dela.

É evidente que o personagem não ausenta a esposa de culpa. É incontestável também que Henriqueta se sente mais culpada que o marido, pois era missão da mulher preservar o casamento, mesmo que infeliz. Na verdade, a autora não poderia sequer colocar isso no papel, visto que seria muito chocante fazê-lo em um mundo no qual as mulheres ainda estavam conquistando seu espaço. Contudo, é de fundamental importância a presença do reconhecimento da culpa por parte do homem neste livro. É indispensável também percebermos como a personagem principal é retratada: uma mulher real, com erros e acertos, em toda sua complexidade. Somente uma escritora, com experiências próprias do seu gênero, teria a sensibilidade de escrever isso. Com a sutileza que lhe é própria, Peregrina nos dá, com *Henriqueta*, uma mostra da sua percepção para a criação literária e para os problemas e avanços da sociedade em que vivia.

Referências

AMORIM, Francisco Gomes de. “A litteratura no Porto. Capítulo IV. Viagem ao Minho”. In: *O panorama*, volume X. Lisboa: 1853, p. 420.

ANASTÁCIO, Vanda. Mulheres varonis e interesses domésticos (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras na viragem do século XVIII para o século XIX). In: *Cartographies. Mélanges offerts à Maria Alzira Seixo*. Lisboa: 2005. pp.537-556.

CASTILHO, António Feliciano de. “D. Maria Peregrina de Sousa”. In: *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*. Lisboa, 1861, pp. 273-312.

COSTA, Dom António da. *A mulher em Portugal*. Lisboa: Tip. da Companhia Nacional Editora, 1892. Obra póstuma.

DUBY, George. PERROT, Michelle (dir.) *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

GARRETT, Almeida. *Da educação. Cartas dirigidas a uma senhora ilustre, encarregada da instrução de uma jovem princesa*. Porto: Ernesto Chardron Editor, 1886. 3ª edição.

_____. *Correspondência familiar*. Edição crítica de Sérgio Nazar David. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2012.

LEAL, Maria Ivone. *Um século de periódicos femininos*. Cadernos Condição Feminina. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos da mulher (Ministério do Emprego e da Segurança Social), 1992.

LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de Modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. *Guiomar Torrezão ou memórias de uma mulher de letras oitocentistas*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1998.

PERROT, Michelle. “Dramas e conflitos familiares”. In: _____ (org.). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUSA, Maria Peregrina de. *Henriqueta (Romance Original)*. [s.l.]: Antonio Leite Cardozo Pereira de Mello, 1876.

VAQUINHAS, Irene. “*Senhoras e mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.